****

**INTERACIONISMO SIMBÓLICO E GÊNERO**

Ariane Kally Brandão de Oliveira[[1]](#footnote-2)

Tania Rossi [[2]](#footnote-3)

Agência Financiadora: Centro Universitário ICESP de Brasília –NEXT

**RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de estudo o tema interacionismo simbólico e gênero. O texto situa-se nos pressupostos teóricos do interacionismo simbólico e na conceituação de gênero, por meio de uma confabulação direta entre esses temas. Assim, busca-se entender gênero como sendo características, condutas e papéis sociais tradicionalmente instituídos para homens e mulheres na estrutura social.

**Palavras-chave:** gênero; interacionismo simbólico; papéis sociais; estrutura social.

**INTRODUÇÃO**

Gênero tem sido um assunto de diversos debates na sociedade atual. Nesse sentido, o presente estudo tem a finalidade de discutir a abordagem acerca de gênero sob a perspectiva do interacionismo simbólico, uma vez que essa corrente teórica advinda da psicologia sociológica agrega conhecimentos relevantes na compreensão da constituição de subjetividade, que ocorre por meio das interações sociais.

A fim de compreender a relação entre interacionismo simbólico e ogênero abordaremos os pressupostos básicos da teoria interacionista simbólica e, também, o que se convencionou chamar de“gênero”. Busca-se situar como o interacionismo simbólico pode projetar luz ao entendimento de constituição de gênero.

É pelo viés da abordagem interacionista feita por Berger e Luckman (1985) que se pretende compreender de que modo o indivíduo, a partir da perspectiva interacionista, se relaciona com a estrutura social. Como o indivíduo entende e desempenha papéis de gênero instituídos pela sociedade. Busca-se compreender o papel ativo do sujeito enquanto produto e produtor da sociedade.

**INTERACIONISMO SIMBÓLICO**

A percepção de interacionismo simbólico se origina a partir da psicologia social-sociológica, sob forte influência do pragmatismo, ao substituir a psicologia filosófica de influência escocesa pela psicologia experimental alemã, e, em seguida, pela psicologia funcionalista com características norte-americanas. A Escola de Chicago foi a propulsora dessa corrente teórica denominada de interacionismo simbólico.

Dentre os teóricos da Escola de Chicago que mais contribuíram para consolidação dessa teoria, enfatiza-se, principalmente, George Herbet Mead e posteriormente seu discípulo Herbert Blumer. Na contemporaneidade, destacam-se os teóricos Berger e Luckmann e Sheldon Stryker, com uma concepção estrutural, de grande relevância para essa corrente teórica (CARVALHO; BORGES; REGO, 2010).

Um dos maiores representantes da Escola de Chicago, Mead (1934) sofreu a influência da filosofia do pragmatismo e das ideias de Darwin (MEAD, 1934), bem como as elaborações de Wundt (MEAD, 1934) e das concepções comportamentalistas da época. Ele afrontaria, primeiramente, o fato de o behaviorismo watsoniano não considerar os aspectos do ato social. Watson (MEAD, 1934) não considerava que havia uma reflexão do gesto aprendido, ou seja, não analisava que o gesto suplantava uma mera repetição mecanizada. Desconsiderava, portanto, que o ser humano recebe influência do meio, mas, através de sua interpretação também exerce influência sobre ele.

Embora Mead (1934) tenha considerado alguns pontos da obra de Wundt (APUD FARR, 1998) com relação à mente humana, eles divergiam em alguns aspectos. Mead (1934) constatou que Wundt defendia que a pessoa se constitui antes da relação social. Mead (1934) considerava que só era possível a concepção de pessoa depois da emergência da mente dentro do contexto das interações sociais. Com isso, Mead pondera que a mente emerge quando há uma primeira interação social, interação essa que se dá por intermédio de uma série de símbolos. “Quando um determinado gesto representa a ideia que há por trás de si e provoca essa ideia no outro indivíduo, tem-se um símbolo significante” (CARVALHO; BORGES; REGO, 2010).

Deste modo, todo significado se configura pela conduta social que dá origem aos símbolos significantes, ou seja, quando a criança interpreta o símbolo emitido pelo adulto e aprende o que aquele símbolo significa, nasce um símbolo significante. Esse processo envolve definição e redefinição de objetos do ambiente percebido. Para entender o conceito de definição e redefinição de objetos percebidos, Mead (1934) esclarece os conceitos de *Self*, Eu e Mim. O *self* caracteriza-se pela capacidade do ser humano de desenvolver ideias reflexivas sobre si, por meio de uma interação com ele mesmo. Assim, o sujeito se transforma em objeto para si, com uma capacidade de reflexão que possibilita ao indivíduo desempenhar a função de se colocar no lugar do outro. Isso faz com que o *self* se desenvolva de forma contínua, por isso sua natureza é dinâmica e não fixa. Nesse sentido, conforme Mead (1934) o *self* se constitui como um processo social dentro do indivíduo, o qual envolve duas etapas analíticas diferentes, formadas pelo Eu e Mim, sendo o Eu, o lado impulsivo, impensado. O Mimé o outro generalizado, constituído de padrões que todos possuem; é a forma de interação com o meio.

Nos anos 1930 e 1940, começa-se a sistematizar o Interacionismo Simbólico. O ponto de partida para sua consolidação e o devido reconhecimento de sua relevância se dá pela fundação da Sociedade para Estudo do Interacionismo Simbólico. Herbert Blumer tem papel fundamental, pois foi ele quem estabeleceu os pressupostos dessa teoria e a nomeou “Interacionismo Simbólico”, linha de pesquisa que abarca a sócio-psicologia e a sociologia, relevante para o entendimento do comportamento humano, das interações e dos processos de significação, norteadores da compreensão da conduta social (CARVALHO; BORGES; REGO, 2010).

De acordo com Blumer (apud ÁLVARO & GARRIDO, 2003),o significado é socialmente constituído através das interações.Os participantes das interações humanas têm o seu comportamento condicionado pela presença do outro. Cada sujeito envolvido na interação social se preocupa com o modo pelo qual o outro vai interpretá-lo. Assim, a forma como o sujeito vai se conduzir seus comportamentos e interpretações dependerá do meio ao qual se encontra. O comportamento é influenciado pela presença do outro, pois o sujeito se preocupa como o outro irá interpretá-lo, e a forma como se conduzirá, dependerá do meio no qual se encontra. O estudo das interações sociais nesta abordagem pressupõe procedimentos metodológicos em que o pesquisador interage necessariamente com objeto pesquisado. Um estudo exploratório que investiga a interação social, por exemplo, deverá privilegiar o ponto de vista dos sujeitos analisados, o que tornará que os resultados sejam mais precisos (CARVALHO; BORGES; REGO, 2010).

O interacionismo simbólico recebeu importantes contribuições contemporâneas. Dentre as quais é possível destacar os teóricos Thomas Luckmann e Peter Berger que apresentam uma perspectiva estrutural. Os analisam, incorporando os pressupostos de Mead (1934), os processos de legitimação pelos universos simbólicos e como o sujeito constrói seu conhecimento da realidade, evidenciando as relações entre o pensamento humano e o contexto social.

**A Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckmann (1995)**

A abordagem interacionista feita por Berger e Luckman (1985) sustenta que é por intermédio da linguagem que acontece a interação simbólica e possibilita que o sujeito seja capaz de apreender o mundo e interagir com o meio. “A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (BERGER, LUCKMANN, 1985, p. 38).

Para esses autores, a socialização do indivíduo acontece em dois momentos específicos, quais sejam, a socialização primária e a socialização secundária. Ressalta-se que a socialização não é apenas transmissão de valores, normas e regras, mas desenvolvimento de determinada representação do mundo. É um processo de identificação, de construção da identidade, ou seja, de pertencimento e de relação.

Na socialização primária que tem lugar na infância, o indivíduo é apresentado ao mundo por intermédio dos cuidadores ou dos outros significativos que não são escolhidos pelo sujeito e cujos olhares enviersarão suas percepções e interpretações.

Os outros significativos que estabelecem a mediação deste mundo para ele modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um. O mundo social é “filtrado” para o indivíduo através desta dupla seletividade(Berger, Luckman, 1985, p. 176).

O sujeito passa a se identificar com aqueles que diretamente participam de sua vida, como pais, irmãos, avós, etc. E internaliza a realidade particular dessas pessoas. O mundo internalizado na socialização primária torna-se muito mais enraizado em sua consciência de que os possíveis mundos conhecidos em sua socialização secundária.

A identidade é uma função do modo como o sujeito identifica a si mesmo e o mundo que o cerca e será também a forma como ele irá agir no mundo. A socialização primária continua a em um âmbito secundário: “Qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.” (BERGER, LUCKMAN, 1985, P. 175).

Já a socialização secundária diz respeito a qualquer processo que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sociedade configura a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instruções. Nela o sujeito será capaz de interpretar papeis sociais socialmente construídos e dispostos para serem representados.

Pode ver-se facilmente que a construção de tipologias de papeis é um correlato necessário da institucionalização da conduta. As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis... Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele(Berger, Luckman, 1985, p. 103).

Na análise dos processos dos processos de legitamação por meio dos universos simbólicos, os autores tomam como âncora a intersubjetividade e a biografia individual e sustentam a precedência do conhecimento sobre os valores a legitimação ocorre seguindo quatro níveis.

O primeiro tem início a partir das primeiras experiências do sujeito na transmissão que se dá via código lingüístico, ou seja, a inserção no mundo da linguagem, no universo simbólico possibilita e inclui conteúdos tais como a afirmações simples e tradicionais e normas de condutas. Trata-se de um nível pré-teórico que servirá de base a todo o conhecimento posterior, as todas as teorias subsequentes que o sujeito irá construir nas trocas sociais e que serão internalizadas como tradição.

O segundo é composto de proposições teóricas rudimentares e implícitas nos códigos lingüísticos, mas poderosas que funcionam como um conjunto de significados objetivos que explicam o “mundo” é de um cunho pragmático e podem ser percebidos nos ditos populares, lendas e outras narrativas de cunho moral.

O terceiro nível contém um sistema de conhecimentos diferenciados que institui um quadro de referências de conduta. São teorias explícitas, transmitidas intencionalmente por grupos sociais para garantir ao processo de legitimação que gere seus próprios procedimentos institucionais.

No quarto nível há a conjuminância dos anteriores de modo que todos os setores da ordem institucional sejam integrados em um sistema de referência mais abrangente compondo amplos universos simbólicos. São corpos de tradição teórica compostos de diferentes áreas de significação que dizem respeito à determinada ordem institucional. Esta tradição teórica rompe com a experiência cotidiana e utiliza realidades diferentes destas para garantir a construção de áreas particulares de significado. Todas as teorias legitimadoras são agrupadas para que os papéis institucionais se transformem em modos de participação e moldem as condutas individuais. A integração reflexiva dos processos institucionais distintos, nesta perspectiva, logra sua plena realização.

Os universos simbólicos são cristalizados através das dinâmicas de objetivação, sedimentação e acumulação do conhecimento. Embora cristalizados, os universos simbólicos enquanto produtos teóricos, não perdem suas raízes e são produtos sociais que têm uma história.

A realidade possui uma dimensão objetiva. O ser humano atua sobre o ambiente, o molda ás suas necessidades e capacidades; age no mundo com objetivo de se ter uma estabilidade. Cria-se, assim, uma “ordem social” que precede o desenvolvimento individual, isto é, cada indivíduo nasce numa ordem já produzida pelo ser humano que já existe antes dele.

A atividade humana de atribuir existência material a pensamentos, idéias, sentimentos e impressões é denominada externalização ou exteriorização, uma necessidade antropológica, um produto da existência humana no mundo. Ao agir, o ser humano produz novos elementos, até então não existentes.

As ações humanas, ao serem repetidas, são incluídas no acervo geral de conhecimentos de uma sociedade e antecedem ao processo de institucionalização de uma sociedade e antecedem ao processo de institucionalização, ou seja, a tipificação recíproca de ações habituais. Uma instituição é criada sobre o caráter recíproco das ações, estas alcançam objetividade e consistências e são transmitidas às gerações, tornando-se naturais e evidentes. Nesse ponto, tem-se uma “ordem social”, que é percebida quase como a realidade do mundo natural.

A objetivação é a dinâmica pela qual, linguagens são institucionalizadas e experiências são reificadas. Os significados são objetivados na vida diária e assumem o status de “conhecimento” e, assim, são transmitidos. Determinados conhecimentos são sedimentados para legitimar valores sociais, a consciência gradativamente se constitui como uma instância intersubjetiva.

A sedimentação de conteúdos é determinada pelo destaque que possuem no acervo social ou para públicos específicos. Por intermédio da sedimentação, da definição de papéis e da legitimação constrói-se o funcionamento para o acervo social do conhecimento.

A legitimação não deixa de ser uma modalidade de objetivação de “segunda ordem” já que configuram ações que produzem novos significados e que se unirão aos significados jápertencentes aos conteúdos institucionais. A legitimação visa garantir que conteúdos eleitos sejam objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis as objetivações de primeira ordem.

Segundo os autores, a construção social da realidade é feita de forma subjetiva pelo indivíduo. "A realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade" (Berger, Luckman, 1985, p. 157).Para além da interação com o outro e compreensão do mundo, os autores enfatizam, também, que existe uma relação recíproca entre o indivíduo e o mundo social, ou seja, o homem constrói o mundo e essa construção age sobre o homem em uma relação ininterrupta.

Berger e Luckman fazem, ainda, uma crítica ante a passividade do homem diante das institucionalizações. “A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência”(Berger, Luckman, 1985, p. 123). Quer dizer, a reificação é uma modalidade da consciência, de tal sorte que, mesmo apreendendo o mundo em termos reificados, o homem continua a produzi-lo, paradoxalmente, o homem é capaz de produzir uma realidade que o nega.

O homem nega a sua produção de mundo ao aceitar que as consequências de suas vidas não são produtos de suas ações, mas fruto da vontade divina. “Os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da “natureza das coisas”(Berger, Luckman, 1985, p. 123).

**O Gênero**

Conforme cita Peter Stearns, traduzido por Pinsky (2007), desde a antiguidade, na construção da sociedade, existe uma predisposição ao sistema de dominação patriarcal, com um sistema binário de diferenças sexuais, em que as mulheres são relegadas a segundo plano. No entanto, Lima (apud LAQUEUR, 1990) sustenta que é com início do século XV que surge uma evidente diferença entre feminino e masculino e, também, a incidência da prevalência do masculino sobre o feminino. Quando se tem de fato uma caracterização de gênero como diferenciação de macho e fêmea, a fim de distinguir os indivíduos. Essa definição segue embasada na teoria de que a mulher se diferencia do homem por ter o falo invertido, ou seja, acreditava-se que a mulher era uma versão inferior do homem, pois o seu órgão era interno. No século XVIII, de acordo com este autor, se descortina a diferença biológicaentre os indivíduos, atribuindo maior legitimidade à predominância do masculino em relação ao feminino, ou seja, poder patriarcal.

Se a diferença estava dada biologicamente, atualmente, gênero é concebido como a diferenciação, construída socialmente, entre o masculino e feminino. O significado de gênero é um dos fatores mais determinantes na constituição de uma identidade e dos papéis exercidos em sociedade. Os papéis sociais desempenhados pelo indivíduo caracterizam a qual gênero ele pertence (Louro, 1997). O fator biológico deixa, portanto, de ser preponderante para determinar o gênero de um indivíduo, mas os diferentes papéis sociais que esse indivíduo desempenha.

De acordo com Narvaz (2010), o conceito de gênero começa a ser desvinculado do sexo masculino e feminino, em 1949, por Simone de Beauvoir. O deslocamento do discurso de naturalização da condição feminina em direção à construção cultural do gênero aparece na máxima clássica de Beauvoir: ‘Não se nasce mulher, torna-se mulher’.Assim,compreende-se que gênero é um papel social, embora o indivíduo nasça com um sexo ou outro, ele poderá aprender a desempenhar papéis do gênero feminino ou o masculino.

Por meio dos papéis de gênero o indivíduo constrói a sua identidade masculina e feminina; apropria-se do gênero de maneira a atender às expectativas da sociedade. Conforme aponta Nogueira:

Os papéis de gênero são definidos como aquelas expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos, em função do seu gênero socialmente definido. Estes papéis de gênero induzem quer direta quer indiretamente a diferenças sexuais estereotipadas (Nogueira, Conceição, 2001, p. 15).

Se os papéis sociais são construídos socialmente, então, não são fixos; mudam conforme o contexto social que o indivíduo está inserido. Cabe ressaltar, entretanto, que as identidades de gênero tendem a estar em consonância com o sexo biológico do sujeito, ainda que não estejam encerradas em si mesmas e podem e estão continuamente se renovando (SILVA, 2006).

É nesse contexto que começam a surgir as críticas ao determinismo do sexo biológico como sendo forma de ser e estar no mundo. Com o advento das lutas feministas por uma inclusão ativa da mulher na sociedade, uma série de acontecimentos surgiram como pesquisas científicas voltadas para os estudos de sexo e gênero, movimentos que pregam a igualdade de direitos entre homens e mulheres e reivindicam espaços de fala na sociedade. Apesar das normatizações que são impostas pelos discursos de gênero, homens e mulheres têm construído resistência, subvertido e questionado tais normatizações (NARVAZ, 2010).

A “primeira onda” do feminismo teve luga no início do século XX,na luta pelos direitos das mulheres,no chamado sufragismo, ou seja, no movimento voltado para estender o direito de voto às mulheres. Apenas no final da década de 1960, com a “segunda onda” do feminismo, que emergiua problematização do conceito de gênero nas lutas feministas:

Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda” – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito de debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero (Louro, 1997, p. 15).

Diante das conquistas de espaço das primeiras lutas feministas, o termo gênero consagrou-se como uma teoria que pretende conceder legitimidade aos estudos feministas. Conforme Matos (2008):

O “conceito” de gênero será, teoricamente, o divisor de águas para uma outra fase distinta desta primeira, e anunciador, de certa forma (ainda que do ponto de vista temporal tenha sido tardiamente acionado), de uma segunda onda do próprio feminismo, em que se passou a valorizar significativamente mais o diferencialismo e a afirmação política das diferenças (identitárias substantivamente, mas não apenas elas) do que propriamente a igualdade e o igualitarismo (Matos, 2018, p. 338).

Gênero passa ter um papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista que operam há séculos (MATOS, 2008). A autora propõe uma nova forma de conceber o termo gênero como sendo uma ciência social relacionada às conquistas das lutas pelas mulheres e enfatiza que essa poderá dar mais legitimidade à aquisição de espaço das mulheres nos diferentes setores da sociedade. Destaca as conquistas já obtidas por meio dos estudos:

Os vários formatos de movimento feminista e de mulheres em distintos países, inclusive no Brasil, têm deixado um legado civilizatório inegável para as sociedades onde floresceram e se multiplicaram. As reformulações que vêm sendo empreendidas naqueles aspectos mais centrais referentes aos problemas da sociedade brasileira, tais como a discussão sobre a feminização da pobreza, sobre a universalização qualificada da educação básica e fundamental, sobre o acesso em perspectiva crítica aos bancos universitários, sobre as ainda injustas e permanentes formas de discriminações vividas no âmbito da violência doméstica e no mercado de trabalho, sobre o acesso às mais variadas formas de políticas públicas que hoje já possuem um viés de gênero (incluindo aí, sobretudo, aquelas no campo da saúde e da segurança e defesa sociais), e isso para citar apenas alguns pontos mais relevantes, têm hoje um toque feminino e feminista incontestável (MATOS, 2008, p. 351).

# 

O gênero feminista como uma ciência possibilitaria o avanço e a estabilidade das conquistas mencionadas. Desse modo, ela reconhece que os avanços na conquista de um espaço para as mulheres são bastante significativos, porém, muito tem para ser feito, conquistado e consolidado. Assim, complementa:

Penso que esse forte avanço no sentido da concretização da institucionalização desse novo campo, além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação, vai contribuir concretamente nas muitas revisões e re-elaborações de questões que são centrais na ciência política, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na comunicação social etc. e que ainda não tivemos tempo suficiente para deflagrar(Matos, 2008).

Este é apenas um dos significados atribuídos ao conceito de gênero, sujeito a variadas interpretações, no entanto, é possível afirmar que, atualmente, o termo é utilizado para se remeter aos estudos feministas na luta por conquistas de espaço na sociedade. Para além das caracterizações das questões de gênero, emerge a possibilidade de gênero torna-se uma ciência a fim de ser um diferencial no entendimento da igualdade entre homens e mulheres nas sociedades contemporâneas.

**Interacionismo Simbólico e Gênero**

O interacionismo simbólico, conforme destacado, é uma abordagem que sustenta o protagonismo da interação social na constituição do especificamente humano. Ao atribuir significados ao mundo, mediado pelo outro social, o indivíduo formula a sua ação para com o outro, de forma intencionada, buscando agir segundo as expectativas do outro. Este também é o princípio da constituição dos papeis de gênero, conforme postulado pelo movimento feminista.

Assim, o interacionismo simbólico ajuda a compreender as relações humanas que constituem a sociedade sob um prisma de interação do ser humano com o meio. Por intermédio dessa teoria se formulam demais teorias para a compreensão da complexa relação entre sujeito e o mundo.

O interacionismo simbólico estrutural de Berger, Luckman (1985) mostra que o indivíduo não é um ser passivo da estrutura social, mas é também ativo. Sendo, assim, produto e produtor dessa estrutura. Nessa linha de pensamento, o indivíduo é transformado pela estrutura social, mas também é transformador dessa estrutura, ou seja, para além dos papeis sociais instituídos pela sociedade há uma interação de reflexo entre indivíduo e estrutura social.

O fato de um sujeito nascer com o sexo feminino, não implica que irá nascer, também, com os papeis sociais femininos definidos. Embora possua genes que determinem o sexo, o indivíduo terá a possibilidade de aprender outros papeis sociais, inclusive aqueles relativos aos sexo masculino. Segênero é aprendido por meio da estrutura social e essa é transformada pelo indivíduo, logo,não há uma determinação direta, mas um conjunto de fatores, inclusive indiretos ou inconscientes que entram nesta elaboração. Poderá, assim, estabelecer uma nova ordem ao optar por desempenhar os papéis com os quais se identifica mesmo esses papéis não estando de acordo com o que é instituído pela estrutura social.

Embora o indivíduo tenha a opção de escolha, essa não acontece de maneira espontânea. Segundo Berger e Luckman (1985),existe uma tendência ao tradicionalismo das estruturas sociais, ou seja, mesmo que o indivíduo anseie agir, contrariamente, ao que é institucionalizado, esse encontra uma resistência. Afirmam que se existe a tendência a deixar tudo continuar como antes, esta tendência é evidentemente fortalecida se houver excelentes razões para assim proceder. Ou seja, mesmo não concordando com a “ordem social” o indivíduo tende à passividade porque as pessoas fazem certas coisas não porque dão resultado, mas porque são certas – isto é, certas em termos das supremas definições da realidade promulgadas pelos especialistas no universal.

Considerando que quem determina e sustenta as teorias vigentes nas sociedades são aqueles que se encontram no poder, que ocupam as posições decisivas e podem impor definições tradicionais da realidade à população submetida à sua autoridade; o desenho do gênero, seja ele qual for, será marcado pelas relações de poder instituídas.

A sociedade contemporânea, marcada pelo pluralismo cultural, há espaço para ampliar a aceitação de visões diferentes daquelas instituídas pela estrutura social e pode instigar quebra de paradigmas socialmente instituídos ao longo do tempo. O pluralismo encoraja tanto o cepticismo quanto a inovação, sendo assim, eminentemente subversivo da realidade admitida como certa do *status quo* tradicional (Berger, Luckman, 1985).

As teorias de gênero surgem a partir de movimentos revolucionários que caracterizam esse pluralismo. Desde a perspectiva do interacionismo simbólico, embora o indivíduo nasça em uma estrutura social cuja “ordem social” já esteja estabelecida, não significa que essa ordem não possa ser contestada e revolucionada.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme evidenciam os pressupostos da perspectiva interacionista, o indivíduo, ao estabelecer uma relação de reciprocidade com a estrutura social, é legitimador do que já está proposto por essa estrutura e também a pode transformar, ao propor novas formas de ver e estar em sociedade.Compreende-se, então, que o ser o humano é livre e faz escolhas conscientes, ainda que essas sejam feitas de forma reificada.

Gênero é uma categoria com a qual os indivíduos se identificam para desempenhar papeis femininos ou masculinos, na sociedade,e, portanto, é resultado de uma construção social. A identidade de gênero diz respeito ao gênero com o qual sujeito se identifica. Não se pode, entretanto, esquecer que é complexa a diferenciação anatômica, psíquica e emocional entre os gêneros masculino e feminino justamente porque está implicada com fenômenos biológicos referentes à genética e à ação dos esteroides sexuais.

Sabe-se que o conhecimento sobre os aspectos biológicos da formação da identidade de gênero é bastante restrito, uma vez que a maioria dos estudos sobre a anatomia e a influência hormonal nesse processo é baseada em experimentos com animais extrapolados para humanos (LARA; ROMÃO, 2012).

A influência hormonal na diferenciação e expressão sexual é importante, mas o processo de socialização do indivíduo é reconhecidamente fundamental para a construção da sua sexualidade e terá implicações na expressão sexual.O processo de socialização protagoniza a definição da identidade de gênero, ou seja, a consciência que a pessoa tem de ser homem ou mulher. Na socialização primária, a construção da sexualidade sofre influência dos pais, cuidadores, professores, colegas de grupo, que induzem o sujeito a desempenhar determinados papeis em consonância com um ou outro gênero.

Ainda há uma névoa densa sobre os aspectos inconscientes que contribuem para a identidade de gênero e o tema está longe de ser esgotado. Por enquanto, a tese da interação de fatores biológicos e sociais na constituição da subjetividade parece o melhor caminho a ser trilhado. E as instituições da “ordem social” é que o legitimarão, em última instância.

De todo modo, o interacionismo simbólico projeta luz para se compreenda que, atualmente, a concepção de gênero é uma forma de contestação da estrutura social, que busca transformar a forma da mulher desempenhar papéis e, também, de ser vista perante a sociedade.

**REFERÊNCIAS**

ALVÁRO J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Tradução de FERNANDES, F. D. S. 23ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 248p.

CARVALHO, Vírginia Donizete de.; BORGES. Lívia de Oliveira.; RÊGO. Denise Pereira do. **Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em psicologia social.** Psicol. cienc. prof. [online], v. 30, n. 1, p.146-161, 2010. ISSN 1414-9893. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893201000010001>. Acesso em: 06 out. 2018.

LIMA, Renata Stellmann de Souza. **A masculinidade na clínica**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=9704@1> Acesso em: 26 out.2018.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Marlise. 2008. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.**Revista Estudos Feministas. vol.16, n.2, pp. 333-357.

MEAD, G D.; **Mind Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist.**Chicago: University of Chicago, 1934. Disponível em:<<https://brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_14.html> Acesso em: 07 out 2018.

NOGUEIRA, C.; **Feminismo e discurso do género na psicologia social.** "Psicologia & Sociedade : revista da Associação Brasileira de Psicologia Social". ISSN 0102-7182. 13:1 (2001) 107-128. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117> Acesso em: 25 out 2018.

STEARNS, Peter N. Tradução de Mirna Pinsky.**História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2007. 251 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n3/20.pdf> Acesso em: 26 out 2018.

1. Graduanda do 2° semestre do Curso de Psicologia. kallyucb@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
2. Doutora em Psicologia. Tânia.rossi@icesp.edu.br [↑](#footnote-ref-3)